

UMA GEOGRAFIA DO QUE ACONTECE

THE GEOGRAPHY OF WHAT HAPPENS

UNA GEOGRAFÍA DE LO QUE SUCEDE

Leonardo Luiz Silveira da Silva

Professor Doutor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Salinas.
leoluzbh@hotmail.com

RESUMO: A geografia do que acontece é uma expressão ligada aos trabalhos associados às Teorias não-representacionais (TNR), acrônimo cunhado por Nigel Thrift em meados da década de 1990 e que comumente passou a ser compreendido como partícipe da geografia mais-que-representacional. A expressão “geografia do que acontece” associa-se à transcendência representacional e a busca por narrar o espaço-tempo por meio da persecução cotidiana de atores envolvidos em redes heterogêneas. O artigo em questão, essencialmente epistemológico, visa elucidar a geografia do que acontece, pouco explorada em trabalhos geográficos no Brasil, apontando o seu arcabouço teórico, expondo os seus pressupostos e avaliando criticamente suas potencialidades e desafios.

Palavras-chave: Geografias mais-que-representacionais; Representação; Redes.

ABSTRACT: The geography of what happens is an expression linked to works associated with Non-representational Theories (TNR), an acronym coined by Nigel Thrift in the mid-1990s and which commonly came to be understood as a participant in more-than-representational geography. The expression “geography of what happens” is associated with representational transcendence and the quest to narrate space-time through the daily pursuit of actors involved in heterogeneous networks. This paper, essentially epistemological, aims to elucidate the geography of what happens, little explored in geographic works in Brazil, pointing out its theoretical framework, exposing its assumptions and critically evaluating its potentialities and challenges.

Keywords: More-than-representational geographies; Representation; Networks.

RESUMEN: La geografía de lo que sucede es una expresión vinculada a trabajos asociados con Non-representational Theories (TNR), acrónimo acuñado por Nigel Thrift a mediados de la década de 1990 y que comúnmente pasó a entenderse como un participante de la geografía más que representacional. La expresión “geografía de lo que sucede” se asocia con la transcendencia representacional y la búsqueda de narrar el espacio-tiempo a través de la búsqueda cotidiana de actores involucrados en redes heterogêneas. El artículo en cuestión, esencialmente epistemológico, tiene como objetivo dilucidar la geografía de lo que sucede, poco explorada en trabajos geográficos en Brasil, señalando su referencial teórico, exponiendo sus supuestos y evaluando críticamente sus potencialidades y desafíos.

Palabras clave: Geografías más que representacionales; Representación; Redes.

1. INTRODUÇÃO

Com inspiração pós-estruturalista e influências dos movimentos intelectuais conhecidos como viradas cultural (WHITE, 2004; CLAVAL, 2011), linguística (BURGESS, 1996; DEMERITT, 2002), relacional (JONES, 2009) e espacial (BLAIR, 1998; FINNEGAN, 2008; ARIAS, 2010), desenvolveu-se nas ciências humanas – com reverberações em campos de estudo adjacentes – a ideia de que as categorias são socialmente construídas. Exemplificando, justifica-se assim a ideia de que a anarquia é aquilo que os Estados fazem dela (WENDT, 1992), assim como as classes deveriam ser vistas como relações (THOMPSON, 1987), nações são comunidades imaginadas (ANDERSON, 2008), a ascensão de Estados-região suprimiria o Estado-nação (OHMAE, 1999) e que, *inter alia*, não existe aquilo que chamamos de cultura (MITCHELL, 1995). O social-construtivismo que se lança como força teórica impacta na geografia reorientando formas de interpretação, colocando questões como a arbitrariedade do conceito de região (HARTSHORNE, 1978; SILVA; COSTA, 2020) fazendo-nos crer que as relações que se manifestam cotidianamente constituem-se como a face tangível da intersubjetividade mundana.

Fica exposto, assim, um contexto teórico que é capaz de colocar as representações em xeque e fazer com que se busque a geografia do factível, manifesta por meio da agência humana e das relações envolvendo humanos e não-humanos. Posicionado nos meandros desta discussão teórica, este artigo – essencialmente epistemológico – propõe elucidar a expressão “geografia do que acontece” proposta por Nigel Thrift (2008) como uma alusão à abordagem mais-que-representacional em geografia. Objetivamos expor o contexto que ofereceu as bases teóricas da “geografia do que acontece”, para compreender os principais estímulos que orientam um fazer geográfico do cotidiano. Apresentaremos em seguida os fundamentos que orientam a sua abordagem e, por fim, avaliaremos criticamente a geografia do que acontece, apontando suas limitações.

É importante, logo nesta introdução, pontuar que a geografia mais-que-representacional ilustrada por Thrift (2008) é, de fato, apresentada como teorias não-representacionais (TNR). Estamos alinhados com a perspectiva de Lorimer (2005) quando o autor argumenta que a abordagem de Thrift não é uma negação da representação, mas uma transcendência, sendo, *ipso facto*, preferível o termo mais-que-representacional.

2. O REFERENCIAL TEÓRICO: CALDEIRÃO TEÓRICO QUE INSPIRA A “GEOGRAFIA DO QUE ACONTECE”

A grande efervescência teórica que se deu nos anos 1970 e 1980 consolidou uma ameaça ao império das dicotomias que sustentaram o positivismo científico e sua hegemonia (POCOCK, 1983; GOLD; GOODEY, 1983; LEITE, 1998). Sob a escusa de que a natureza não se autodenomina (SCHAMA, 2009), atacou-se a visão moderna e apartada entre o homem e o meio natural. De forma similar, a balança entre o idealismo e o materialismo foi atacada por princípios ligados ao caráter indissociável das relações entre mente e matéria (INGOLD, 1993; SILVA, 2020a) que encontra síntese na ideia de trajeção de Augustin Berque (2012; 2017). Para o autor, a trajeção é um processo no qual a mente impacta na dimensão material e esta, em retorno, impacta na dimensão das ideias.

Berque nomeia um processo já assimilado por muitos geógrafos; é de se destacar, todavia, que a palavra trajeção ajuda a sintetizar o trânsito entre a materialidade e a imaterialidade. Joanna C. Long assim tentou explicar o processo: “a paisagem é simultaneamente material e conceitual porque as pessoas transformam a paisagem por meio dos processos de trabalho e categorização; os padrões da paisagem resultantes influenciam os hábitos da prática e do pensamento” (LONG, 2009, p.63).

A ruptura das dicotomias homem *versus* natureza e mente *versus* matéria inspiraram outras rupturas potentes. É importante considerar que foi mais impactante para a forma a qual encaramos as representações novos entendimentos acerca do embate entre identidade e coletividade. Stuart Hall

(2006) argumentou que as pessoas não identificam seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe e, assim, a categoria em questão não seria capaz de mobilizar todos os variados interesses e identidades que supostamente estão contidas sob a sua tutela.

O argumento não significa dizer que as classes ou quaisquer especificidades coletivas não tenham influência sobre as identidades. Nossa memória é formada pelo entrelace entre a dimensão individual e coletiva (HALBWACHS, 1990), o que aponta para o fato de que as classes são incapazes de definir as individualidades. É plausível considerar que esta noção acarreta em uma demanda para a reconfiguração dos discursos dos movimentos sociais (SILVA, 2021a). Não é de se espantar que movimentos sociais e autores identificados com o marxismo tendam a ver teorias desconstrucionistas mais como um problema do que como uma solução (SILVA, 2021b), assim como apontou Terry Eagleton (1998) em *As ilusões do pós-modernismo*.

Se partirmos do pressuposto que a dimensão coletiva não define o indivíduo, faz sentido considerarmos que as representações – que possuem autoria individual ainda que possam ser vistas como intertextuais – são incapazes de dar vazão à miríade de impressões acerca do mundo anguladas pela perspectiva identitária. As representações – de ilustrações aos discursos, de mapas às redações, dentre outros espectros – compõem o ato comunicativo e buscar tornar presente algo ausente (ANKERSMIT, 2000). As representações compõem a linguagem e, deste modo, são mecanismos de persuasão a partir da criação de estereótipos sobre lugares e pessoas e toda sorte de instrumentos que motivam a agência humana. *Ipsa facto*, as representações sobre a paisagem são, por excelência, militantes (SILVA, 2020b), pois sugerem uma visão particular sobre o arranjo dos estratos material, ideológico e seu entrecruzamento que anima o espaço.

Formas simbólicas também são representações e povoam a paisagem tornando-se instrumentos importantes para a compreensão da política de poder. A manipulação do poder por meio da ordem simbólica é um tema relevante de diversos autores comumente identificados com a nova geografia cultural, como se vê em (COSGROVE, 1982; 1993; JACKSON, 1989; DUNCAN, 1990). Tal perspectiva é alinhada com a ideia de afeto. Podemos sintetizar que o afeto é uma camada da existência incorporada [*embodied existence*] e apresenta-se duplamente localizado: primeiramente, no campo relacional em-entre [*in-between*] corpos e, segundo, no nível abaixo da consciência intencional (BARNETT, 2008), sendo estas localizações que se entrelaçam.

A ordem simbólica é uma dimensão que espelha o afeto e ao mesmo tempo se apresenta como uma ferramenta que o provoca. De forma consistente, o afeto é visto como um meio de manipulação (BARNETT, 2008; THRIFT, 2004). As mídias digitais claramente possuem este pressuposto muito cristalizado, de tal forma que os algoritmos já são arranjados de modo a melhor captar interesses e manipular tendências de potenciais consumidores. É de se notar que há muito tempo se fala em mensagens subliminares, mesmo antes da disseminação da mídia digital.

A linguagem é, no sentido aqui problematizado, um campo de batalhas, assim como a ordem simbólica (SILVA, 2022; SILVA; COSTA, 2022a). Esta é uma consideração emblemática para o campo da teoria da história, constituindo-se como objeto de estudo de muitos autores que se empenham na problematização de narrativas. Hayden White (1981) argumentou que só existe uma história sob descrição, o que reforça a ideia de narrativas são versões. Alonso prefere dizer que todas as narrativas são ideologicamente construídas (ALONSO, 1988). Se, no âmbito da história, “a narrativa é um tipo de unidade que torna a inclusão de alguns eventos necessária e de outros irrelevantes” (MINK, 1972, p.736), precisamos considerar a arbitrariedade como um componente. Neste particular, parafraseando White (1981), supressões do tempo (SILVA, 2018a) e do espaço (SILVA, 2018b) substanciam o espaço-tempo sob descrição, fazendo desta discussão um objeto de interesse que transcende a preocupação da história.

Edward Saïd foi um nome importante dos estudos pós-coloniais e pode nos mostrar como as representações podem estar a serviço das relações de poder (SAÏD, 2007; 2011), desde as narrativas das autoridades coloniais contidas em documentos oficiais às obras ficcionais que desenhavam regiões coloniais como espaços extemporâneos e ameaçadores, tais como a descrição da bacia do Congo

presente em *Coração das Trevas* de Joseph Conrad (2010). O oeste americano reproduzido como um éden verdejante propício à colonização é comum (ALLEN, 1971); de modo similar são comuns descrições dos nativos que habitam às suas terras, vistos em certas narrativas como nobres selvagens (ALLEN, 1992). Críticas ao pensamento orientalista também evidenciam a erotização/sensualização feminina de mulheres nativas das colônias europeias, mesmo quando consideramos espaços e tempos bem distintos (SILVA; COSTA; SILVA, 2022).

2.1. Crise das representações e alternativa

Considerando a descrença crescente em relação à capacidade da linguagem de refletir a realidade, é confortável considerarmos que a crise das representações tem se instalado (DUNCAN; SHARP, 1993; CURRY, 1991). Poderíamos considerar que este é um assunto estritamente acadêmico, mas, se observa reverberações cotidianas mesmo para aqueles afastados dos afazeres acadêmicos e das discussões teóricas. A ascensão das *fake news* também passa pela percepção de que não existe uma metanarrativa capaz de explicar fenômenos do espaço-tempo. Aprioristicamente, a alternativa às metanarrativas não parece se apresentar malévola; contudo, observa-se não raramente a manifestação equivocada associada à percepção de que a multiplicidade de representações não pode se apresentar hierarquizada. Assim, explicações estapafúrdias passam a conviver confortavelmente com teses plausíveis.

Uma das consequências da crise das representações é a intensificação do particularismo nas abordagens (SILVA, 2021c). Cortes espaciais e temporais cada vez mais cirúrgicos têm, aparentemente, oferecido conforto aos pesquisadores. Com espacialidades e temporalidades mais restritas, cria-se um senso de precisão na representação (TUAN, 1989), sobretudo porque a busca de fontes de pesquisa ligada ao particularismo explorado revela resultados mais restritos e muitas vezes consensuais ou quase consensuais. Um caminho acadêmico que tem sido percebido é o da busca pelas intermediações de representações (SILVA, 2022b), exequível quando, em nossa narrativa, estabelecemos um paralelo entre discursos, deslocando a escrita da linha rígida traçada pela “verdade historiográfica ou espacial”. É de se considerar que este esforço traz como efeito um afastamento da narrativa frente ao método científico tradicional, marcadamente positivista. Na geografia, a busca por leis espaciais era um sintoma da perseguição pela legitimação da disciplina enquanto ciência, a partir dos parâmetros das ciências naturais (GUELKE, 1971; 1977; HARRIS, 1971; SACK, 1972; 1974; KING, 1979; HARVEY, 1986; CAPEL, 2013). Essa busca ainda apresenta suas marcas no fazer acadêmico, mas paulatinamente tem arrefecido, à exceção do que pode ser visto em trabalhos situados naquilo que se convencionou chamar de geografia física. É interessante pensar que à medida que cresce o descompasso metodológico entre as chamadas geografias física e humana, se aprofunda consequentemente a cisão no seio da própria geografia.

É importante destacar que é impossível esgotar as representações sobre um assunto. Por isso faz sentido pensar que a potência do texto que busca intermediações também reside na sua capacidade de confrontar visões de mundo razoavelmente bem disseminadas e ser cauteloso na discussão sobre as intencionalidades alheias. Apesar disso, novas abordagens bem fundamentadas são sempre bem-vindas; afinal, a qualidade da fundamentação está diretamente associada ao potencial de uma nova narrativa se disseminar.

3. A DISCUSSÃO: UMA GEOGRAFIA DO QUE ACONTECE

No seio da crise das representações, as pretensões acerca da construção de visões coletivas acerca da realidade são substituídas pelas visões identitárias. Neste âmbito, toda realidade seria passível de ser descrita por meio das relações que se estabelecem cotidianamente, seja estas os entrelaces entre pessoas, objetos, animais e plantas. As categorias de representação coletiva são

entendidas como construções sociais que não possuem uma dimensão tangível. Apesar da desconstrução da reificação das categorias possuir embasamento teórico plausível, é importante apontar que a crença acerca de sua existência, compartilhada por muitos, é relevante. Afinal esta crença inspira a agência humana. São estes fundamentos que ajudam a compreender a possibilidade de se ver classes, nações e cultura, *inter alia*, como relações. Para Martin Jones (2009), pensar o espaço relacionalmente se tornou o mantra da geografia humana no início do século XXI, sendo aplicado em diversos subcampos de investigação geográfica.

Fala-se em geografias mais-que-representacionais quando se refere às tentativas de transcender representações. A expressão “teorias não-representacionais (TNR)” cunhada por Nigel Thrift e trazida em inúmeros trabalhos refere-se não a uma corrente propriamente dita, mas a um estilo de abordagem (THRIFT, 2000). Vimos na introdução que as TNR pertencem à dimensão mais-que-representacional. Diferentemente do que o nome pode sugerir, as TNR não rejeitam as representações; todavia, esclarece que as representações não são o retrato da realidade e se portam como um dos veículos do afeto que ajudam a compreender a agência daqueles que são afetados pelas redes de relação. Trabalhos que versam sobre as TNR/geografias mais-que-representacionais são incipientes no Brasil até o momento da escrita deste artigo, como se pode atestar em uma busca em língua portuguesa na base *Google Scholar*, onde se destaca os trabalhos de Paiva (2017; 2018) e Silva e Costa (2022b).

Um caminho importante para a pesquisa mais-que-representacional é o levantamento e a compreensão dos fluxos que permeiam a vida cotidiana (THRIFT, 2008). As relações em rede analisadas são colhidas a partir da estratégia de seguir os atores envolvidos em rede, de forma a montar o seu cotidiano, sugestão dada por Bruno Latour (1993; 1996) no âmbito da Teoria ator-rede (TAR), bem divulgada na sociologia a partir dos anos 1980 e que tem inspirado metodologicamente trabalhos mais-que-representacionais geográficos.

A montagem das relações cotidianas dos atores investigados evidencia uma plethora de fluxos e encontros que fazem com que os atores estejam envolvidos em uma grande cadeia de afeto. Apesar de não ser a primeira vez que o termo “afeto” é apresentado no texto, consideramos que este é o ponto ideal para que o mesmo seja explicado. Afeto é um dos conceitos mais populares das TNR/geografias mais-que-representacionais (BONDI, 2005; BARNETT, 2008). O conceito, abstrato (SHOUSE, 2005), apresenta-se duplamente localizado: primeiramente, no campo relacional em-entre [*in-between*] corpos e, segundo, no nível abaixo da consciência intencional (BARNETT, 2008). Por isso, o entendimento de pelo menos parcela do afeto de uma pessoa ou grupo pode prover a capacidade de manipulação de um poderoso, elevando o afeto ao patamar de uma ferramenta útil na arena das relações de poder (THRIFT, 2004). É de se destacar que Afeto e *performance* são conceitos que precisam ser vistos em conexão, pois, “as dinâmicas afetivas são vistas como dispositivos para que o corpo possa performar certas ações, incluindo o discurso” (HUTTA, 2015, p.296).

Considerando as relações entre os atores que participam da rede, não é de se surpreender que os pesquisadores que se alinham às perspectivas mais-que-representacionais tenham como um dos objetos centrais de sua investigação os diversos modos aos quais os nossos corpos participam do mundo que nos cerca (WATERTON, 2019). Nesta lógica, os corpos são portadores ambulantes da experiência relacional; *ipso facto* é comum vermos a utilização da expressão “práticas corporificadas” como uma alusão às ações dos atores que são motivadas pelo afeto-em-rede (THRIFT, 2008; MACPHERSON, 2010). Isso significa dizer que o corpo e o ambiente que lhe provoca estímulos e respostas precisam ser analisados conjuntamente, numa relação que é ao mesmo tempo marcada pelo afeto e capacidade de afetar (PILE, 2010; ANDERSON, 2005; 2016). Em uma lógica similar, Tim Ingold (2013) analisa o processo de animização a partir do afeto: “a animização é o potencial dinâmico e transformativo de todo um campo de relações dentro do qual os seres de todos os tipos, incluindo pessoas e coisas, geram a existência um do outro de forma contínua e recíproca” (INGOLD, 2013, p.12). Nesse sentido trazido por Ingold, “ser” é uma condição relacional. Problematizando a condição do animista, Ingold afirma que a nossa experiência nos ensina que se não sabemos se uma coisa está viva ou não, é melhor apostar que está e se precaver. Portanto, “todos nós nos tornamos animistas

enrustidos sem, obviamente, ter percebido” (INGOLD, 2013, p.12).

No campo mais-que-representacional, as redes são chamadas de heterogêneas pois incluem no emaranhado de relações pessoas, animais, plantas e objetos. Tais redes são referidas na literatura estrangeira como *assemblages* (ANDERSON, 2004; PITT, 2015; MÜLLER; SCHURR, 2016). Tal conceito poderia ser traduzido, sem prejuízo de sentido, como arranjos relacionais heterogêneos. É importante perceber que as redes/*assemblages* são efêmeras e não possuem escala definida. Os trabalhos mais-que-representacionais costumemente partem do pressuposto da efemeridade relacional, fazendo com que a pesquisa – sobretudo em trabalhos que não são essencialmente epistemológicos, como este – tenha uma precisão/validade relativa ao tempo e espaço. Esta forma escorregadia de lidar com as dimensões temporal e espacial é uma receita para compreender a razão pela qual as representações não se sustentam como leitura da realidade de tempos e espaços alternativos. Torna-se aqui óbvio, mas necessário pontuar que, mesmo em tempos e espaços idênticos, representações muito diferentes podem ser produzidas como leitura de um mesmo fenômeno.

É necessário acrescentar que atores podem estar envoltos em diversas redes ao mesmo tempo. Assim, as trocas no interior de uma *assemblage* sempre revelam influências externas. Destaca-se que é postura panglossiana acreditar que em dada investigação uma *assemblage* seja esgotada em suas relações. Praticar a geografia do que acontece significa também fazer escolhas, conceder ênfases e negligências às potencialidades a serem abordadas. No interior de certa classe de elementos, como, por exemplo, jardineiros e plantas, alguns atores são perseguidos em seu cotidiano para que seja possível compreender as redes que animam seu cotidiano, manifesto em uma dada localidade e temporalidade, ou seja, expresso em uma fatia precisa do espaço-tempo.

Parcela dos pressupostos da geografia do que acontece foram observados por Vinicius Netto *et.al.* (2017), que exploraram postagens no *twitter* para mensurar os deslocamentos de indivíduos no município do Rio de Janeiro. Os autores inferiram de que forma a renda pode interferir nos deslocamentos, chamando o seu levantamento de “uma geografia temporal do encontro”. Hitchings (2003) investigou as interações entre as plantas de jardins e as pessoas que com elas se relacionam, analisando cadeias afetivas as quais denominou de “*chains of enrolment in the garden*” (HITCHINGS, 2003, p.109). Anderson (2005), por sua vez, investigou o efeito do afeto sobre as preferências das pessoas, utilizando o relato das pessoas como forma de evidenciar a instabilidade das escolhas. Na geografia do que acontece, é importante deixar que os atores falem sobre as suas práticas (HITCHINGS, 2012).

Gail Adams-Hutcheson (2019) analisou o impacto das geografias elementais sobre fazendeiros neozelandeses. Esta escolha se deve pela alta sensibilidade de fazendeiros frente ao estado do tempo atmosférico, que impacta diretamente no seu trabalho e nas finanças. Hayward (2012), Zara (2021), Krause e Strang (2016) e Gibbs (2009) analisaram em diferentes cenários histórico-geográficos as relações em rede da água com a sociedade, penetrando na perspectiva afetiva. Nos casos destes autores, as relações cotidianas que desenham a geografia do que acontece substanciam o desenvolvimento do seu texto.

Nos últimos vinte anos têm sido relativamente fartos os exemplos de propostas mais-que-representacionais nas geografias anglófonas. Percebe-se que fora do circuito acadêmico britânico, essa perspectiva floresceu com menor vigor. A geografia do que acontece, como vimos, é uma frase que busca sintetizar metodologias mais-que-representacionais, baseadas na montagem do cotidiano de atores inseridos em redes de afeto. Seria essa abordagem livre de quaisquer constrangimentos teóricos? É o que veremos a seguir.

3.1.A geografia do que acontece, acontece?

De partida, é importante termos em mente que pensarmos a abordagem mais-que-representacional em uma perspectiva positivista é um exercício oximorônico de imaginação. A rigidez positivista do fazer científico antagoniza com a fluidez e efemeridade mais-que-representacional. Desta forma, não deve causar estranheza o fato das perspectivas mais-que-representacionais se afastarem de trabalhos associados ao que se convencionou chamar de geografia física e, ao mesmo tempo, se aproximar das concepções trazidas por trabalhos renovados da geografia cultural/humana, sobretudo àqueles rascunhados sob a égide de pressupostos trazidos pelo pós-estruturalismo, social-construtivismo, fenomenologia e pós-fenomenologia.

Vimos que a geografia do que acontece é uma expressão que sintetiza métodos de levantamento das relações cotidianas de atores investigados na perspectiva mais-que-representacional. Tais levantamentos permite-nos inferir sobre a existência das *assemblages* (arranjos relacionais heterogêneos). A questão da escala é tida como indiferente para as *assemblages*, pois as relações que ajudam a compreender a maleabilidade do espaço relativo: é o turbilhão de fluxos, encontros, redes, e trajetórias que constitui uma ordem caótica que localiza e desloca (MALPAS, 2012). Por isso o espaço relativo também é chamado de espaço relacional; por detrás destes conceitos, que podem apresentar sutis diferenças, há em comum uma visão disforme e intersubjetiva do espaço, que não é congruente ao espaço absoluto cartesiano.

Temos aqui uma questão relevante. Por mais que a teoria faça sentido quando se refira à existência de redes de relações de escalas muito variadas, não há como ignorar que tais diferenças na escala exigem direcionamentos muito diferentes para a pesquisa. Abordando a escala nacional, Ruth Panelli (2010) cravou que o eucalipto se tornou um ator muito poderoso da sociedade australiana, sendo crucial para a compreensão acerca das mudanças na paisagem e estrutura social do país em questão. A autora abordou o âmbito de um país de extensões continentais (Austrália) e generalizou o impacto do eucalipto em uma coletividade ao reificar uma entidade: “a sociedade australiana”. É possível imaginar as dificuldades de se abordar o cotidiano – epíteto da geografia do que acontece – em áreas geográficas extensas, sobretudo se a pesquisa busca avaliar o comportamento de um dado grupo de indivíduos. Nesse caso, a tentação pela generalização e a estereotipia podem assediar as práticas de pesquisa, visto que as extensões dos fluxos das pessoas e a complexidade das suas interações espaço-temporais tornam-se desconhecidas.

O cotidiano das pessoas em extensões espaciais restritas é mais intensamente explorado. Tal como uma leitura da paisagem que possui uma pontualidade espaço-temporal (SCHIER, 2003; GOMES, 2008; SANTOS, 2012; CORRÊA, 2016; 2022:), a geografia do que acontece também se vincula a uma extrema excepcionalidade analítica: a precisão do tempo, do espaço e da persecução identitária. Assim, a abordagem em questão exibe um particularismo brutal, explorando as identidades que se manifestam em fatias cirúrgicas do espaço-tempo, ainda que tais fatias não sejam sitiadas, pois se relacionam com outros espaços e tempos.

O particularismo da geografia do que acontece não pode ser visto como um fim em si mesmo; exemplificando, queremos dizer com isso que talvez seja difícil alguém se interessar pelas nuances do cotidiano de pessoas que trabalham em restaurantes chineses (particularidade identitária) no bairro Liberdade em São Paulo (particularismo espacial) no ano de 2023 (particularismo temporal). Assim como foi concluído em Silva (2021c), acreditamos que os trabalhos empíricos que versam sobre a geografia do que acontece devem apresentar, concomitantemente ao seu estudo de caso, avaliações críticas de cunho metodológico e epistemológico. Com estas características, o trabalho funcionará como um apoio para além da empiria do seu caso analisado, servindo como uma fonte de diálogo de empreitadas futuras que visam utilizar metodologias semelhantes. O resgate do cotidiano de um pequeno grupo de pessoas pode se apresentar pouco atrativo; todavia, desenvolvimentos teóricos e reflexões epistemológicas apresentados na pesquisa podem ampliar as possibilidades de uso e o potencial de comunicação de uma pesquisa.

Destacamos ainda que o deslocamento percebido da dimensão coletiva para a identitária presente na geografia do que acontece pode reservar uma armadilha. Tal deslocamento cria uma espécie de paradoxo, que precisa ser esmiuçado. No âmbito das pesquisas, a escolha de algumas pessoas é pautada pelo enquadramento das mesmas em um grande grupo. Desta forma, cria-se um oxímoro: identidades localizadas na coletividade, tal como a oximorônica expressão “identidade coletiva”. Como exemplo, podemos pensar em jardineiros de um determinado espaço-tempo. Essas pessoas-alvo da pesquisa só foram escolhidas por serem jardineiros; ao mesmo tempo, sabe-se que – à luz das minúcias cotidianas – os percursos individuais são excepcionais. Como resultado, a investigação não será suficiente para definir todos os efeitos possíveis do pertencimento à coletividade que estão contidos nos comportamentos individuais. É preciso ter isso em mente para ser justo com a ideia fundadora da geografia do que acontece: a perspectiva mais-que-representacional.

Acrescentamos ainda que a geografia do que acontece apresenta uma fragilidade apresentada por Pitt (2015). O autor preocupou-se com o fato dos atores envolvidos em redes heterogêneas apresentarem afetos e performances muito distintas e não comparáveis. No exemplo citado no parágrafo anterior, é importante levar em conta que as plantas possuem ritmos diferentes das pessoas. O que dizer então sobre a interação entre objetos e pessoas? Neste caso, são necessários outros parâmetros para interpretar as relações heterogêneas, como se vê por meio do uso do conceito de *affordance*. Tal conceito designa “a qualidade de um objeto que convida e permite que se faça algo com ele” (INGOLD, 2012, p.28). Parte-se da crença de que as pessoas podem agir sobre os objetos que as circundam e, então, “os objetos “agem de volta” e fazem com que elas façam ou permitem que elas alcancem aquilo que de outro modo não conseguiriam” (INGOLD, 2012, p.33). Em um exemplo que explora o conceito de *affordance*, Ederson (2003; 2004) reflete a respeito das relações entre pessoas e automóveis. Carros transformam pessoas em trajetórias puras; as autoestradas podem se tornar palco de uma suspensão da consciência como se os automóveis tivessem pilotos-automáticos. Nesse sentido, o interior do carro torna-se um não-espço por meio de sua condição de insularidade frente ao mundo exterior. A paisagem da estrada é “espaçada no pára-brisas, desprovida de detalhes, não se constituindo mais como um mundo de objetos, mas um cenário achatado em um presente perpétuo e indiferenciado” (EDENSOR, 2003, p.153).

Concluimos que o “acontecer” da geografia do que acontece não ilustra a pretensão de dimensionamento da realidade intangível. Menos pretensiosa, a geografia do que acontece mira o cotidiano identitário como alternativa à reificação de categorias e da apresentação de metanarrativas que buscam explicar o arranjo do espaço-tempo. Assim, grupos de indivíduos são seguidos – tal como instruiu Bruno Latour no âmbito da Teoria Ator-Rede (TAR) – como uma forma de compreender as complexas interações cotidianas entre homens, plantas, animais e objetos entrelaçados em redes, conduzindo a pesquisa à dimensão mais-que-representacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A geografia do que acontece é uma expressão cunhada por Nigel Thrift no âmbito das chamadas Teorias não-representacionais (TNR). Evidenciamos nossa preferência – assim como a de muitos outros autores (LORIMER, 2005) – de considerar a abordagem não-representacional como, de fato, mais-que-representacional. Nossa opção foi motivada pelo entendimento de que a abordagem em questão trata-se de uma transcendência da representação, e não a sua negação. A perspectiva mais-que-representacional visa rejeitar a utilização de representações como meio de interpretações do arranjo de elementos no espaço-tempo. Diferentemente, a abordagem em questão parte do pressuposto que as representações não são esvaziadas de valor, sendo consideradas como instrumentos afetivos emaranhados no grande fluxo de relações envolvendo as pessoas, animais, plantas e objetos. Na prática, a chamada geografia do que acontece se baseia em pesquisas que visam esmiuçar o cotidiano de certos atores inseridos em complexas redes heterogêneas de relações – conhecidas na literatura como *assemblages*.

A geografia do que acontece é uma frase poderosa que quer nos mostrar que as representações coletivas não são suficientes para dimensionar a realidade. A persecução do cotidiano de atores evidenciaria as relações que são capazes de nos mostrar como de fato se dá o arranjo espaço-temporal. A aposta nas relações como face tangível das representações não é de fato nova; Thompson (1987), por exemplo, sugeriu que as classes deveriam ser vistas como relações. O resultado disso é que as categorias se tornam fenômenos efêmeros que transmutam sua constituição ao sabor do rearranjo relacional. Este é um ponto necessário para entender a necessidade de transcender representações que, apresentadas como instrumentos rígidos da leitura da realidade, não são simétricas frente aos arranjos efêmeros das relações entre atores em rede.

É sempre importante pontuar que o desenvolvimento teórico das geografias mais-que-representacionais não significa que a crença quanto à existência mítica de categorias como nação, raça, sociedade, classe e cultura deva ser negligenciada pelos pesquisadores. O estudo dessas crenças é relevante não porque acreditemos que existam como um corpo tangível e descritível, mas porque são capazes de afetar individualidades e, assim, interferir na agência humana. Por isso se define que ao invés de mensurar a realidade, devemos considerar o arranjo das relações, que seria o que há de mais tangível no estrato mundano.

A geografia do que acontece, focada nos princípios mais-que-representacionais, não estão livre de críticas. Vimos neste artigo que a excepcionalidade espaço-tempo-identitária dos alvos de pesquisa pode ser um obstáculo à disseminação do conteúdo da abordagem. Ademais, é relevante também a crítica quanto a assimetria entre atores humanos e não-humanos envolvidos em rede. A diversidade não-humana oferece um obstáculo por meio de diversas camadas de análises como aquelas que envolvem, em um extremo, cães de companhia e em outro extremo, vírus como o da COVID-19. Apresenta-se como uma missão à seara mais-que-representacional prosseguir aprimorando os seus métodos e sua forma de comunicação, afinal, a necessidade de transcender as representações parece se apresentar mais robusta teoricamente do que os trabalhos empíricos associados à abordagem que foi alvo deste artigo.

REFERÊNCIAS

- ADAMS-HUTCHESON, Gail. Farming in the troposphere: drawing together affective atmospheres and elemental geographies. **Social & Cultural Geography**, v.20, i.7, p.1004-1023, 2019.
- ALLEN, John L. Geographical Knowledge & American Images of the Louisiana Territory. **Western History Association**, v.2, n.2, p.151-170, April, 1971.
- ALLEN, John L. Horizons of the sublime: the invention of the romantic West. **Journal of Historical Geography**, v.18, n.1, p.27-40, 1992.
- ALONSO, Ana Maria. The Effects of Truth: Re-Presentations of the Past and the Imagining of Community. **Journal of Historical Sociology**, v.1, n.1, p.33-57, March, 1988.
- ANDERSON, Ben. Time-stilled space-slowed: how boredom matters. **Geoforum**, v.35, i.6, p.739-754, 2004.
- ANDERSON, Ben. Practices of judgement and domestic geographies of affect. **Social & Cultural Geography**, v.6, n.5, p.645-659, 2005.
- ANDERSON, Ben. Becoming and being hopeful: towards a theory of affect. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v.24, p.733-752, 2016.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- ANKERSMIT, Franklin Rudolf. The representation as the representation of experience. **Metaphilosophy**, v.31, i.1-2, January, 2000.
- ARIAS, Santa. Rethinking space: na outsider's view of the spatial turn. **GeoJournal**, v.75, p.29-41, 2010.
- BARNETT, Clive. Political affects in public space: normative blind-spots in now-representational ontologies. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.33, n.2, p.186-200, April, 2008.
- BERQUE, Augustin. Geogramas, por uma ontologia dos fatos geográficos. **Geograficidade**, v.2, n.1, p.4-12, Verão, 2012.
- BERQUE, Augustin. A cosmofoania das realidades geográficas. **Geograficidade**, v.7, n.2, p.4-16, Inverno, 2017.
- BLAIR, Sara. Cultural Geography and the Place of Literary. **American Literary History**, v.10, n.3, p.544-567, Autumn, 1998.
- BONDI, Liz. Making connections and thinking through emotions: between geography and psychotherapy. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.30, n.4, p.433-448, December, 2005.
- BURGESS, Jacquelin. Editorial. **Landscape Research**, v.21, n.1, p.5-12, 1996.
- CAPEL, Horácio. Neopositivismo e Geografia Quantitativa. (in): CAPEL, Horacio. **Ruptura e continuidade no pensamento geográfico**. Maringá: EDUEM, 2013.
- CLAVAL, Paul. Geografia Cultural: um balanço. **Revista Geografia (Londrina)**, v.20, n.3, p.5-24, Set./Dez., 2011.
- CONRAD, Joseph. **O coração das trevas**. São Paulo: Abril, 2010.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O interesse do geógrafo pelo tempo. **Boletim Paulista de Geografia**, v.94, p.1-11, 2016.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Notas sobre diferenciação espacial. **Geosp: Espaço e Tempo**, v.26, n.1, e-193069, Abril, 2022.
- COSGROVE, Denis. The myth and the stones of Venice: an historical geography of a symbolic landscape. **Journal of Historical Geography**, v.8, n.2, p.145-169, 1982.

- COSGROVE, Denis. **The Palladian Landscape: Geographical change and its representation**. University Park, Pennsylvania State University Press, 1993.
- DEMERRITT, David. What is the “social construction of nature? A typology and sympathetic critique. **Progress in Human Geography**, v.26, i.6, p.767-790, 2002.
- DUNCAN, James. **The city as a text: The Politics of Landscape Interpretation in the Kandya Kingdom**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- EDENSOR, Tim. Defamiliarizing the Mundane Roadscape. **Space & Culture**, v.6, n.2, p.151-168, May, 2003.
- EDENSOR, Tim. Automobility and National Identity: representation, Geography and Driving Practice. **Theory, Culture & Society**, v.21, n.4-5, p.101-120, 2004.
- FINNEGAN, Diarmid A. The Spatial Turn: Geographical Approaches in the History of Science. **Journal of the History of Biology**, v.41, p.369-388, 2007.
- GIBBS, Leah M. Water Places: Cultural, Social and the More-Than-Human Geographies of Nature. **Scottish Geographical Journal**, v.125, n.3-4, p.361-369, 2009.
- GOLD, John R.; GOODEY, Brian. Behavioural and perceptual geography. **Progress in Human Geography**, v.7, i.4, p.578-586, December, 1983.
- GOMES, Paulo César da Costa. “Versalhes não tem banheiros!” As vocações da geografia cultural. **Espaço e Cultura, UERJ**, edição comemorativa, p.175-183, 2008.
- GUELKE, Leonard. Problems of scientific explanation in geography. **The Canadian Geographer**, v.15, n.1, p.38-53, 1971.
- GUELKE, Leonard. The role of laws in human geography. **Progress in Human Geography**, v.1, i.3, p.376-386, October, 1977.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARRIS, Cole. Theory and synthesis in historical geography. **Canadian Geographer**, v.xv, n.3, p.157-172, 1971.
- HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec Edusp, 1978.
- HARVEY, David. **Explanation in Geography**. Bristol: Edward Arnold, 1986.
- HAYWARD, Philip. Aquapelagos and Aquapelagic Assemblages. **Shima**, v.6, n.1, p.1-11, 2012.
- HITCHINGS, Russell. People, plants and performance: on actor network theory and the material pleasures of the private garden. **Social & Cultural Geography**, v.4, n.1, p.99-114, 2003.
- HITCHINGS, Russell. People can talk about their practices. **Area**, v.44, n.1, p.61-67, 2012.
- HUGHES, Thomas Parker. **Networks of power: electrification in Western Society, 1880-1930**. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1983.
- HUTTA, Jan Simon. The affective life of semiotics. **Geographica Helvetica**, v.70, i.4, p.295-309, October, 2015.
- INGOLD, Tim. The temporality of the landscape. **World Archaeology**, v.25, n.2, p.152-174, 1993.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos em um mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, ano 18, n.37, p.25-44, Jan./Jun., 2012.

- JACKSON, Peter. **Maps of Meaning**. London and New York: Routledge, 1989.
- JONES, Martin. Phase Space: geography, relational thinking, and beyond. **Progress in Human Geography**, v.33, i.4, p.487-506, 2009.
- KING, Leslie J. Areal associations and regressions. **Annals of the Association of American Geographers**, v.69, i.1, p.124-128, 1979.
- KRAUSE, Franz; STRANG, Veronica. Thinking Relationships Through Water. **Society & Natural Resources**, v.29, n.6, p.633-638, 2016.
- LATOUR, Bruno. **We have never been modern**. London: Harvester Wheatsheaf, 1993.
- LATOUR, Bruno. On actor-network theory: a few clarifications. **Soziale Welt**, v.47, i.4, p.369-381, 1996.
- LEITE, Adriana Filgueira. O lugar: Duas Acepções Geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências-UFRJ**, v.21, p.9-20, 1998.
- LONG, Joanna C. Rooting diaspora, reviving nation: Zionist landscapes of Palestine-Israel. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.34, i.1, p.61-77, 2009.
- LORIMER, Hayden. Cultural geography: the busyness of being “more-than-representational”. *Progress in Human Geography*, v.29, i.1, p.83-94, 2005.
- MACPHERSON, Hannah. Non-Representational Approaches to Body-Landscape Relations. **Geography Compass**, v.4, n.1, p.1-13, 2010.
- MALPAS, Jeff. Putting space in place: philosophical topography and relational geography. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v.30, i.2, p.226-242, April, 2012.
- MITCHELL, Don. There's No Such Thing as Culture: Towards a Reconceptualization of the Idea of Culture in Geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**. New Series, v.20, n.1, p.102-116, 1995.
- MÜLLER, Martin; SCHURR, Carolin. Assemblage thinking and actor-network theory: conjunctions, disjunctions, cross-fertilisations. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.41, i.3, p.217-229, July, 2016.
- NETTO, Vinícius et.al. Uma geografia temporal do encontro. **Revista de Morfologia Urbana**, v.5, n.2, p.85-101, 2017.
- OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- PAIVA, Daniel. Teorias não-representacionais na geografia I: conceitos para uma geografia do que acontece. **Finisterra**, v. LII, n.106, p.159-168, 2017.
- PAIVA, Daniel. Teorias não-representacionais na geografia II: métodos para uma geografia do que acontece. **Finisterra**, v. LIII, n.107, p. 159-168, 2018.
- PANELLI, Ruth. More-than-human social geographies: posthuman and other possibilities. **Progress in Human Geography**, v.34, n.1, p.79-87, 2010.
- PILE, Steven. Emotions and affect in recent human geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, *New Series*, v.35, n.1, p.5-20, January, 2010.
- PITT, Hannah. On showing and being shown plants – a guide to methods for more-than-human geography. **Area**, v.47, i.1, p.48-55, March, 2015.
- POCOCK, Douglas C. D. The paradox of human geography. **Area**, v.15, n.4, p.355-358, 1983.
- SACK, Robert David. Geography, Geometry and Explanation. **Annals of the Association of American Geographers**, v.62, i.1, p.61-78, 1972.

- SACK, Robert David. Chorology and Spatial Analysis. **Annals of the Association of American Geographers**, v.64, i.3, p.439-452, September, 1974.
- SAÏD, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
- SAÏD, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2012.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia. Curitiba: **Ra'ega**, número 7, p.79-85, 2003.
- SHOUSE, Eric. Feeling, emotion, affect. **M/C Journal**, n.8, w/o pages, 2005. Disponível em https://journal.media-culture.org.au/mcjournal/article/view/2443?source=post_page
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. As duas faces da supressão da experiência histórica. Fortaleza: **Revista de História Bilros**, v.6, n.11, p.36-55, 2018a.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. A supressão da geografia no exercício da alteridade. Fortaleza: **Geosaberes**, v.9, n.17, p.1-13, 2018b.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. A geografia entre a materialidade e a imaterialidade. **Geotemas**, v.10, n.2, p.25-47, 2020a.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. Expressões militantes da paisagem. **Revista Percurso**, v.12, n.2, p.109-131, 2020b.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. A pós-modernidade e o pensamento social: complementariedade ou antagonismo? **Caminhos de Geografia**, v.22, n.82, p.41-52, 2021a.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. Entre o cultural e o social nas abordagens geográficas. **Geographia**, v.23, n.50, p.1-13, 2021b.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. O mal-estar da abordagem particularista na geografia. **Recital**, v.3, n.3, p.195-201, 2021c.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. O monumento e suas batalhas simbólicas. **Revista Elisée**, v.11, n.1, e111225, Jan./Jun., 2022a.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. Intermediando discursos às margens dos estereótipos do tempo e do espaço. **Geonorte**, v.13, n.41, p.1-19, 2022b.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. O desconforto das regiões e das classes. **Geousp: espaço e tempo**, v.24, n.3, p.533-546, 2020.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. A paisagem enquanto campo de batalhas discursivo. **Caderno de Geografia**, v.32, n.69, p.524-549, 2022a.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. Reflexões sobre a geografia dos afetos: a excepcionalidade identitária em meio às distorções do espaço-tempo. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, v.42, e190818, p.1-15, 2022b.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. SILVA, Larissa Santos Rocha da. Geografia-Pastiche. **Geografia Ensino e Pesquisa**, v.26, e.12, p.1-26, doi.org/10.5902/2236499466324, 2022.
- THOMPSON, Edward. P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THRIFT, Nigel. Afterwords. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v.18, i.2, p.213-255, April, 2000.
- THRIFT, Nigel. Intensities of feeling: towards a spatial politics of affect. **Geografiska Annaler**, v.86, i.1, p.57-78, March,



2004.

THRIFT, Nigel. **Non-representational theory: Space/politics/affect**. London: Routledge, 2008.

TUAN, Yi-Fu. Surface Phenomena and Aesthetic Experience. **Annals of the Association of American Geographers**, v.79, n.2, p.233-241, 1989.

WATERTON, Emma. More-than-representational landscapes. (in): HOWARD, P. et. al. (eds). **The Routledge Companion to Landscape Studies**. London: Routledge, p.91-101, 2019.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it. **International Organization**, v.46, p.394-419, 1992.

WHITE, Richard. From Wilderness to Hybrid Landscapes: The Cultural Turn in Environmental History. **The Historian**, v.66, n.3, p.557-564, Fall, 2004.

ZARA, Cristiana. Venice in Vanarasi: Fluid landscapes, aesthetic encounters and the unexpected geographies of tourist representation. **Shima**, v.15, n.1, p.225-255, 2021.